



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 43/2019

PAD Nº: 8968/2017

ASSUNTO: Recurso interposto no Pregão 43/2019

RECORRENTE: SELTRON TECNOLOGIA DE SEGURANÇA LTDA

I – RELATÓRIO:

Trata-se de recurso administrativo (doc. 255781/2019), interposto tempestivamente, através do Sistema Comprasnet, pela empresa SELTRON TECNOLOGIA DE SEGURANÇA LTDA, contra a decisão da Pregoeiro que declarou vencedora a empresa LS TECNOLOGIA E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELLI.

A recorrente alega em sua peça recursal que a LS:

- a) não possui objeto social pertinente com a contratação;
- b) não apresentou registro junto ao CREA;
- c) não comprovou vínculo com o Responsável técnico.
- d) não apresentou Certidão de Acervo Técnico.

Não houve apresentação de contrarrazões por parte da LS TECNOLOGIA E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELLI.

II - ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PELA LICITANTE

- a) objeto social pertinente com a contratação:

O certame possui como objeto a contratação de serviço de manutenção corretiva ao sistema de câmeras digitais (CFTV digital) com software de monitoramento de imagens DIGIFORT. Trata-se, portanto, de serviço que envolve manutenção de software, hardware, além da manutenção de câmeras. A Administração estaria restringindo a competitividade se se exigisse, como condição de habilitação, que o objeto que está sendo licitado constasse expressamente no contrato social das empresas participantes do certame licitatório. A existência de previsão genérica, condizente com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela Lei nº 8.666/93.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

Para fins de habilitação jurídica, a licitante apresentou comprovante de sua inscrição cadastral, no qual consta como atividade econômica, entre outras, as seguintes atividades:

- instalação e manutenção elétrica;
- venda de equipamentos de telefonia e comunicação;
- outras atividades de telecomunicações especificadas anteriormente.

Entendemos, que no conjunto, as atividades desempenhadas pela licitante apresenta pertinência e compatibilidade com o objeto da licitação, não devendo prosperar a alegação da recorrente.

b) não apresentação de registro junto ao CREA:

A licitante apresentou espelho de consulta do seu cadastro junto ao CREA-PE (doc. 255774/2019), não procedendo a alegação da recorrente.

c) não comprovou vínculo com o Responsável Técnico.

Para habilitação ao certame, a condição 10.1.6.c. do Edital exige a comprovação de que o profissional detentor dos Atestados de Responsabilidade Técnica (ART) é integrante do quadro permanente da licitante na data da licitação. A empresa enviou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART CARGO-FUNÇÃO) nº 1720161001756, na qual consta o vínculo empregatício do Engenheiro Rodrigo Ferreira da Silva com a LS TECNOLOGIA E COMERCIO DE INFORMÁTICA a partir do dia 21/03/2016. O item 19.7. estabelece que o pregoeiro poderá promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento. Para confirmar que o vínculo entre as partes perdurava até os dias atuais, foi solicitado que, em grau de diligência, a empresa enviasse documento hábil a comprovar a relação. Foi apresentado então, dentro do prazo estabelecido, uma certidão conjunta onde a empresa e profissional atestavam a continuidade do vínculo. Assim, entendemos que não assiste razão à SELTRON neste ponto.

d) não apresentou Certidão de Acervo Técnico:

Para fins de comprovação da qualificação técnica, entre outras exigências, a condição 10.1.7.b) estabelece que a licitante deverá comprovar, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, acompanhada do respectivo atestado fornecido pelo



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

contratante dos serviços, de que o responsável técnico da licitante já executou serviço de manutenção corretiva em sistemas de CFTV.

Reconhecemos que, de fato, o referido documento não foi encaminhado pela recorrida. Foram apresentados, apenas, os Atestados de Acervo Técnico (ART), que, por sua aparente semelhança com a CAT, levou este pregoeiro a, equivocadamente, habilitar a LS.

O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), em sua página eletrônica, link <http://www.confea.org.br/servicos-prestados/certidao-de-acervo-tecnico-cat>, apresenta o seguinte conceito para o ART:

“A ART é o documento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo desenvolvimento de atividade técnica no âmbito das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. A Lei nº 6.496/77 estabeleceu sua obrigatoriedade em todo contrato para execução de obra ou prestação de serviço de Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, bem como para o desempenho de cargo ou função para a qual sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Para o profissional, o registro da ART garante a formalização do respectivo acervo técnico, que possui fundamental importância no mercado de trabalho para comprovação de sua capacidade técnico-profissional. Para a sociedade, a ART serve como um instrumento de defesa, pois formaliza o compromisso do profissional com a qualidade dos serviços prestados.

A ART deve ser registrada pelo profissional antes do início da atividade técnica (conforme os dados do contrato escrito ou verbal), no Crea em cuja região será realizada a atividade”.

Já o CAT é definido pelo Conselho como:

“A Certidão de Acervo Técnico - CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, as atividades registradas no Crea, que constituem o acervo técnico do profissional. O acervo técnico do profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo de sua vida profissional compatíveis com suas competências e registradas no Crea por meio de Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs. O profissional pode requerer sua CAT no Crea para fazer prova da sua capacidade técnico-profissional, com base nas atividades desenvolvidas e registradas em ARTs”.

Embora aparentem semelhanças, os dois documentos possuem natureza diversa. O ART, em linhas gerais, é o documento que é registrado no início da atividade, definindo o escopo da



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

mesma. Não possui o condão de garantir que a obra foi concluída. Já a CAT é o instrumento que reúne o conjunto de ART's registradas e concluídas. **É, portanto, o documento hábil a certificar a capacidade técnica de determinado profissional.**

III – CONCLUSÃO

Do exposto, acolho o recurso interposto pela empresa SELTRON TECNOLOGIA DE SEGURANÇA LTDA, no sentido de inabilitar a empresa LS TECNOLOGIA E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELLI, retornando o Pregão 43/2019 à fase de aceitabilidade da proposta com as licitantes remanescentes, tendo em vista que a recorrida não apresentou a Certidão de Acervo Técnico, conforme exige a condição 10.1.7.b. do certame.

Salvador, 05 de dezembro de 2019.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro